

ENTREVISTA DA SEMANA

MAURÍCIO COELHO- CANDIDATO AO GOVERNO DE MT |

“O ELEITOR NÃO DEVERIA PAGAR A CAMPANHA DE QUEM NÃO APOIA”, DIZ MAURÍCIO COELHO

VICTOR OSTETTI



PÁGINA 03

ARTIGO

Receita em Risco



MAIS NA PÁGINA 2

ELEIÇÃO 2026 |

Acusação de cobrança de 20% coloca Wellington Fagundes no centro do debate eleitoral em Mato Grosso

Priminho Riva afirma que percentual teria sido destinado a um assessor do então deputado; senador nega e classifica denúncia como infundada e eleitoral.

O senador e candidato ao Governo de Mato Grosso, Wellington Fagundes (PL), passou a ser alvo de novas acusações durante a corrida eleitoral. O ex-prefeito de Juara, Priminho Riva, afirmou que o parlamentar teria exigido a devolução de 20% de valores de emendas destinadas ao município quando ainda exercia mandato de deputado federal. A declaração foi feita em entrevista e envolve recursos que, segundo Riva, seriam destinados à construção de pontes. O ex-prefeito afirmou que teria inicialmente resistido à suposta cobrança, mas acabou aceitando diante da necessidade de garantir os recursos para obras consideradas urgentes. Segundo o relato, o percentual teria sido pago por meio de depósito na conta de um assessor ligado ao parlamentar, e não diretamente a Wellington. Riva também afirmou que se sentiu “extorquido” e alegou que outros prefeitos teriam enfrentado situações semelhantes. Pág. 5

GANHANDO DESTAQUE |

Janaina Riva mostra coragem, entra na disputa pelo Senado e se consolida como principal nome para enfrentar Mauro Mendes

PÁGINA 8



ELEIÇÃO 2026 |

Max Russi mira mais de 100 mil votos com articulação no interior e em Cuiabá

Aliados apostam na força política do deputado para ampliar a votação e colocá-lo entre os mais votados do Estado.



O deputado estadual Max Russi (PSB), presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), trabalha para ampliar sua votação nas próximas eleições, com articulações políticas no interior e em Cuiabá. Entre aliados, existe a expectativa de que o parlamentar possa superar a marca de 100 mil votos. A projeção, porém, depende do desempenho da campanha e ainda não representa uma previsão de resultado. Para alcançar esse número, Russi precisaria ampliar sua votação em diferentes regiões do Estado e consolidar apoios já construídos ao longo dos últimos anos. Pág. 4

ELEIÇÃO 2026 |

Carlos Fávaro perde força na corrida ao Senado e especulações sobre desistência ganham espaço em Mato Grosso

Senador enfrenta cenário mais competitivo na disputa pelas duas vagas ao Senado, enquanto aliados avaliam estratégias para manter sua candidatura competitiva.



PÁGINA 06

ARTIGO

Receita em Risco

Em um cenário de transformação da estrutura tributária brasileira, os municípios de Mato Grosso enfrentam um desafio que não está necessariamente na criação de novos tributos, mas na capacidade de administrar e recuperar receitas que já lhes pertencem.

Um levantamento realizado a partir de dados oficiais de municípios brasileiros estima que quase R\$ 40 bilhões em patrimônio municipal estejam atualmente em risco, principalmente em razão do envelhecimento dos créditos inscritos em Dívida Ativa e da possibilidade de prescrição. O chamado Recuperômetro, ferramenta desenvolvida pelo Municipay, chama atenção para um problema que muitas vezes permanece invisível no cotidiano das administrações: uma dívida registrada no balanço não representa, necessariamente, um recurso que será recuperado.

O problema se torna

ainda mais relevante em Mato Grosso diante da transição provocada pela Reforma Tributária. A substituição gradual do ISS pelo IBS modifica a dinâmica de parte da arrecadação municipal, mas não elimina a responsabilidade das prefeituras sobre os créditos já constituídos. Ao mesmo tempo, tributos como IPTU, ITBI, taxas e contribuições permanecem sob gestão municipal. Fortalecer a administração dessas receitas passa, portanto, a ser uma questão de autonomia fiscal.

A prescrição é um dos principais fatores de risco. Pela legislação tributária, os créditos possuem prazo para cobrança, e a ausência de medidas capazes de interromper esse período pode fazer com que o município perca definitivamente o direito de recebê-los. A Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça acrescentou outro elemento a esse cenário ao estabelecer parâmetros para a cobrança de dívidas fiscais e valorizar



a tentativa de solução administrativa antes da judicialização.

Isso exige uma mudança de perspectiva. Durante muito tempo, a discussão sobre Dívida Ativa esteve concentrada no número de execuções fiscais ajuizadas. Mas ajuizar

uma ação não significa, necessariamente, recuperar um crédito. Uma política eficiente precisa começar antes: com cadastro atualizado, identificação correta do devedor, análise da idade da dívida, comunicação adequada e acompanhamento dos prazos.

Outro ponto importante é a integração dentro das próprias prefeituras. Em muitos casos, as informações estão distribuídas entre diferentes áreas, especialmente Fazenda e Procuradoria. Quando esses setores não trabalham a partir de um fluxo comum de informações, créditos podem envelhecer sem uma estratégia definida de recuperação.

A tecnologia pode contribuir justamente nessa etapa preventiva. O cruzamento de bases públicas permite identificar carteiras com maior risco, inconsistências contábeis e créditos próximos do prazo prescricional. A partir desse diagnóstico, o município pode estabelecer prioridades e organizar suas ações de forma mais racional, em vez de tratar toda a Dívida Ativa como um único conjunto.

Há ainda um aspecto que merece atenção: recuperar receita não deve ser confundido com simplesmente aumentar a pressão sobre o contribuinte. Uma cobrança eficiente pressupõe que o cidadão seja

corretamente identificado e informado sobre a existência do débito, tenha oportunidade de regularizar sua situação e seja tratado de acordo com sua realidade. A administração pública ganha eficiência quando consegue resolver uma dívida antes que ela se transforme em uma disputa judicial prolongada.

Nesse contexto, ferramentas como o Recuperômetro podem cumprir uma função importante: transformar um problema que muitas vezes aparece apenas como um número contábil em uma informação de gestão. Saber quanto está em risco, quais créditos estão envelhecendo e onde estão os principais gargalos permite que o município aja antes que a perda se torne definitiva.

Em tempos de restrição orçamentária e aumento das demandas da população, recuperar receitas que poderiam ser perdidas por falta de ação é também uma forma de responsabilidade fiscal.

HUGO MORAES
- LÍDER DA MUNICIPAL
E VICE-PRESIDENTE DA
COMISSÃO DE DIREITO
ADMINISTRATIVO DA
OAB/MT

DIRETOR

MAYKON MILAS

PAUTA

REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM

ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DEPTO. COMERCIAL

(65) 3052-8030 OU 3052-8031

CIRCULAÇÃO

CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E/OU ARTICULADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTAM ASSIM A OPINIÃO DO JORNAL

CUIABÁ - MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N° 105, EDIFÍCIO ELDORADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

UM MILHÃO DE ACESSOS

Popular 28 ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

EDITORIAL

VOTO CONSCIENTE



Em períodos eleitorais, cresce a circulação de promessas, discursos emocionados e propostas que, muitas vezes, parecem resolver problemas históricos de forma simples. É justamente nesse cenário que se torna ainda mais importante

a reflexão sobre a escolha do voto.

Avaliar quem irá ocupar cargos públicos não deve ser um ato guiado apenas por simpatia, identidade partidária ou discursos de ocasião. O voto é uma decisão com impacto direto na vida cotidiana: na saúde,

na educação, na infraestrutura, na segurança e na gestão dos recursos públicos.

Por isso, é fundamental observar a trajetória dos candidatos, sua coerência ao longo do tempo, suas responsabilidades anteriores e a capacidade real de executar aquilo que defendem em campanha. Promessas devem ser analisadas com cautela, especialmente quando não vêm acompanhadas de planejamento, dados ou histórico de entrega.

Também é importante considerar o comportamento público dos postulantes ao longo do mandato, ou de suas atuações anteriores em cargos políticos, administrativos ou representativos. A forma como lidam com o diálogo institucional, com a fiscalização e com a prestação de contas diz muito sobre como poderão agir no exercício do poder.

Outro ponto essencial é

buscar informação de diferentes fontes, evitando decisões baseadas apenas em recortes de redes sociais ou conteúdos descontextualizados. O acesso a informações mais amplas ajuda a reduzir distorções e amplia a capacidade de análise.

O voto consciente não significa perfeição na escolha, mas sim responsabilidade na decisão. Em uma democracia, cada eleição é uma oportunidade de correção de rumos, e essa possibilidade depende diretamente da atenção e do critério de cada eleitor.

Mais do que uma obrigação formal, o voto é uma forma de participação ativa na construção do futuro coletivo. E quanto mais qualificada for a avaliação de quem recebe esse voto, mais fortalecidas tendem a ser as instituições e a própria vida pública.

A INFORMAÇÃO QUE CONECTA MATO GROSSO.

NOTÍCIAS

POLÍTICA

POLÍCIA

CIDADES

ECONOMIA

Acesse agora e fique sempre bem informado.

ACESSE AGORA
nexomt.com.br

MAURÍCIO COELHO- CANDIDATO AO GOVERNO DE MT

LUCAS LEITE

“O eleitor não deveria pagar a campanha de quem não apoia”, diz Maurício Coelho



COPopular- O senhor tem criticado candidatos adversários que utilizam recursos do Fundo Eleitoral. Se estivesse disputando a eleição por um partido que tivesse direito a receber esses recursos, o senhor abriria mão do dinheiro público para financiar sua própria campanha?

Mauricio Coelho- Sou candidato de um partido que tem Fundo Eleitoral. Todos os partidos têm direito a esse recurso, ao contrário do Fundo Partidário, que varia conforme a representatividade.

Desde a pré-campanha, assumi o compromisso de não utilizar Fundo Eleitoral, Fundo Partidário, qualquer outro recurso público ou doações de grandes empresários. Quando oficializei a candidatura, comuniquei à direção nacional do meu partido que não queria receber recursos do Fundo Eleitoral, e eles não enviaram.

Ao contrário do que alguns candidatos fazem parecer, o uso desse dinheiro não é obrigatório. O candidato pode comunicar ao partido que não concorda em receber os recursos.

Eu penso que o contribuinte não deveria ser obrigado a financiar a campanha de um candidato que não apoia. O Fundo Eleitoral faz com que, na prática, um eleitor tenha que ajudar a financiar candidatos de posições políticas que não defende.

O que eu digo ao eleitor é: quando você vir um adesivo, uma bandeira ou qualquer estrutura de campanha, lembre-se de que existe dinheiro público envolvido. Quanto maior a campanha, maior pode ser o gasto.

Nesta eleição, candidatos como Natasha, Wellington Fagundes e Pivetta receberam recursos do Fundo Eleitoral. A Natasha recebeu R\$ 4,5 milhões do PSD; Wellington Fagundes, R\$ 5 milhões do PL; e Pivetta havia recebido R\$ 1 milhão do União Brasil, segundo os dados que eu tinha consultado. Esse último valor precisa ser atualizado porque novos repasses podem ter ocorrido.

A população também pode estabelecer limites so-

bre como quer que as campanhas sejam feitas. Em Gramado, por exemplo, candidatos retiraram bandeiras das ruas depois que moradores se manifestaram contra a propaganda.

Quando a população cobra, a forma de fazer política também pode mudar. Precisamos ampliar esse debate e dar mais consciência ao eleitor sobre como as campanhas são financiadas.

COPopular- O senhor acredita que a polarização entre direita e esquerda é, em parte, uma estratégia política para manter grupos no poder por meio de narrativas de confronto?

Mauricio Coelho- Eu não acho que seja necessariamente um teatro, mas acredito que a polarização faz com que o eleitor vote em candidatos na esteira de outras lideranças.

Não faz sentido imaginar que alguém vai votar em mim apenas porque eu indico determinado candidato a presidente. Da mesma forma, não acredito que alguém vá votar em Bolsonaro porque Wellington Fagundes está pedindo, ou em Lula porque Natasha está pedindo. O que ocorre é que alguns candidatos tentam se beneficiar de votos que essas lideranças já possuem.

O problema é que isso acaba desviando o debate das propostas. No horário eleitoral, muitos candidatos falam sobre quem apoiam, mas pouco sobre o que pretendem fazer.

O eleitor precisa saber mais do que a posição ideológica do candidato. Precisa conhecer suas propostas, o que pretende fazer e como pretende agir.

Votar em alguém apenas porque ele apoia determinada liderança pode levar o eleitor a descobrir depois que os dois pensam e agem de maneiras diferentes.

Precisamos amadurecer o debate e permitir que o eleitor conheça melhor as propostas e o posicionamento de cada candidato.

COPopular- Em relação ao seu plano de governo, que prevê reverter o fim do Fethab 2 para garantir o pagamento do RGA e assumir integralmente as dívidas de servidores com empréstimos

áveis?

Mauricio Coelho- Primeiro, o Fethab 1 continua normalmente. O Fethab 2 foi extinto neste ano para deixar de valer no próximo.

O que estamos discutindo é a necessidade de não deixar de arrecadar esses recursos. Não considero inteligente simplesmente não reeditar o Fethab 2, mas também precisamos olhar para a situação dos pequenos produtores, que estão pressionados pelo baixo poder de negociação na venda da produção e pelo aumento dos custos dos insumos.

Por isso, tenho defendido uma engenharia financeira. Nas contas públicas,

“ Candidato afirma que a polarização tira o foco das propostas e diz que pretende mexer nas contas públicas para beneficiar servidores, produtores e consumidores ”

não importa apenas o valor arrecadado, mas também a origem e a forma como esse recurso pode ser utilizado.

A proposta é criar uma taxa com arrecadação semelhante à do Fethab 2, mas que seja destinada à conta única do Estado. Isso permitiria maior flexibilidade na aplicação dos recursos.

Ao mesmo tempo, podemos compensar os produtores com cerca de R\$ 1,3 bilhão em créditos de ICMS sobre o diesel. Esses créditos poderiam ser utilizados nas operações com transportadoras. A ideia é também pressionar as distribuidoras para

A entrevista aborda propostas e críticas do candidato ao Governo de Mato Grosso, Maurício Coelho, em temas que devem estar entre os principais debates da campanha: financiamento eleitoral, polarização política, contas públicas, servidores e custo de vida.

Ao longo da conversa, Coelho explica por que decidiu não utilizar recursos do Fundo Eleitoral ou do Fundo Partidário, critica o que considera uso excessivo da polarização entre direita e esquerda e apresenta propostas para o Fethab, o pagamento do RGA e as dívidas de servidores.

O candidato também detalha uma das principais promessas de seu plano de governo: reduzir em até 30% o custo de itens básicos, como alimentação, moradia, transporte e energia, por meio de medidas voltadas principalmente à redução dos custos de produção e ao fortalecimento do mercado interno.

Na entrevista, Maurício Coelho ainda fala sobre financiamento de campanhas, relação com lideranças nacionais, gestão fiscal e suas propostas para aumentar o poder de compra da população.

consignados, essas medidas são tecnicamente e financeiramente vi-

que esse combustível seja comercializado diretamente ao produtor a preço de repasse.

Com isso, a economia para o produtor poderia chegar a R\$ 2,3 bilhões, valor superior ao que o Fethab 2 arrecadaria no próximo ano.

Também é preciso considerar que nem todo o valor arrecadado pelo Estado fica disponível para livre utilização. Existem repasses obrigatórios ao Judiciário, Tribunal de Contas e municípios, além dos percentuais constitucionais destinados à saúde e à educação. Por isso, o valor efetivamente disponível para o Estado é bem menor.

O Fethab pode contribuir para o pagamento do RGA, mas não seria suficiente para cobrir todo o custo.

O governador tem afirmado que o pagamento do RGA custaria R\$ 4 bilhões. É preciso diferenciar o custo bruto do custo líquido. Quando esse dinheiro chega aos servidores, parte retorna ao poder público por meio do Imposto de Renda e do consumo, que gera arrecadação de ICMS.

Por isso, considero que o custo líquido seria de aproximadamente R\$ 3 bilhões.

Minha proposta é combinar os recursos do Fethab com a revisão de renúncias fiscais para criar condições de financiar o RGA sem comprometer as contas públicas.

COPopular- No seu livro, o senhor afirma que seria possível reduzir em 30% os custos de itens como alimentação, aluguel e energia e, ao mesmo tempo, aumentar a renda da população. Qual

é a estratégia econômica para alcançar essa redução de 30% nos preços ao longo de quatro anos e, na prática, como isso funcionaria?

Mauricio Coelho- Estamos falando dos itens que compõem o custo básico de vida: alimentação, moradia, transporte e energia.

É preciso reduzir esse custo para aumentar a renda disponível das pessoas. Quando uma família gasta menos com o básico, sobra mais dinheiro para consumo e isso pode estimular a economia e gerar aumento de renda.

Para reduzir os custos, precisamos atuar sobre os insumos. Uma das propostas é oferecer condições para que produtores tenham acesso a insumos mais baratos, mas vinculando esse benefício a uma contrapartida.

Por exemplo, um produtor de soja ou milho poderia ter acesso a fertilizantes mais baratos desde que destinasse uma parcela da produção ao mercado interno com desconto. Essa redução poderia ser repassada ao longo da cadeia, chegando aos produtos consumidos pela população.

A ideia é criar mecanismos que permitam reduzir os preços no mercado interno sem necessariamente acompanhar os valores praticados no mercado externo.

Hoje, um trabalhador brasileiro que ganha R\$ 2 mil precisa disputar alimentos com consumidores de países onde a renda é muito maior. Isso não é razoável.

São estratégias econômicas para reduzir o custo de vida e aumentar o poder de compra da população.



ELEIÇÃO 2026

MAYKOM MILAS

Max Russi mira mais de 100 mil votos com articulação no interior e em Cuiabá

Aliados apostam na força política do deputado para ampliar a votação e colocá-lo entre os mais votados do Estado

O deputado estadual Max Russi (PSB), presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), trabalha para ampliar sua votação nas próximas eleições, com articulações políticas no interior e em Cuiabá. Entre aliados, existe a expectativa de que o parlamentar possa superar a marca de 100 mil votos.

A projeção, porém, depende do desempenho da campanha e ainda não representa uma previsão de resultado. Para alcançar esse número, Russi precisaria ampliar sua votação em diferentes regiões do Estado e consolidar apoios já construídos ao longo dos últimos anos.

A atuação política no interior é uma das principais bases da estratégia eleitoral. Russi mantém relações com



prefeitos, vereadores e lideranças de diferentes municípios, o que pode ajudar a distribuir sua votação pelo Estado.

Em vez de depender de um único reduto, a campanha tende a

buscar votos em várias cidades. Nesse modelo, resultados menores em diferentes municípios podem, somados, representar uma votação estadual significativa.

A estratégia também envolve ampliar a

presença em localidades onde o deputado já possui apoio e buscar novos espaços políticos.

A Capital é outro foco da disputa. Com um dos maiores eleitores

Cuiabá pode fazer diferença no resultado de candidatos à Assembleia.

A intenção é ampliar a presença de Russi junto a lideranças e diferentes segmentos políticos e sociais. Uma votação mais forte na Capital, combinada com o desempenho no interior, poderia elevar o resultado final do parlamentar.

A marca de 100 mil votos aparece entre os objetivos projetados por aliados de Russi. O número representaria uma votação acima da média e colocaria o deputado entre os candidatos com maior desempenho na disputa pela Assembleia.

Para isso, entretanto, a campanha precisará transformar articulações políticas em votos efetivos. O resultado também dependerá de fatores como

número de candidatos, composição das chapas, alianças e desempenho dos concorrentes.

Caso a marca seja alcançada, o resultado poderá aumentar o peso político de Russi dentro da Assembleia e nas futuras articulações estaduais.

Apesar das expectativas, a eleição ainda está sujeita a mudanças. A formação das chapas, novas alianças e o comportamento do eleitorado podem alterar o cenário até a votação.

Por isso, a possibilidade de Max Russi ultrapassar os 100 mil votos deve ser tratada como uma meta ou projeção de campanha, e não como resultado antecipado.

O desempenho definitivo será conhecido somente após a apuração oficial dos votos.

Bom trabalho e alta popularidade de Andrei Russi fortalecem candidatura com apoio da prefeita de Jaciara



A construção da candidatura de Andrei Russi ganhou um novo componente político em Jaciara, onde ele conta com o apoio da prefeita do município. A articulação é vista pelo grupo como uma forma de ampliar a presença do pré-candidato na cidade e buscar espaço também em outros municípios da região.

Além do apoio político, aliados de Andrei apostam no trabalho que ele vem desenvolvendo e no reconhecimento de seu nome entre moradores como fatores que podem ajudar na disputa eleitoral.

O apoio da prefeita de Jaciara é considerado importante para a estratégia de Andrei, principalmente pela possibilidade de aproximação com lideranças políticas e representantes de diferentes setores do município.

A intenção do grupo é usar a estrutura política já construída na cidade como ponto de partida para ampliar as articu-

lações regionais.

O desafio será transformar esse apoio em mobilização eleitoral e, posteriormente, em votos.

A estratégia não deve ficar restrita a Jaciara. Andrei também deverá buscar apoio em municípios próximos para ampliar sua base eleitoral.

Em uma eleição proporcional, a capacidade de reunir votos em diferentes cidades pode fazer diferença. Por isso, a articulação com lideranças locais aparece como uma das principais frentes da pré-campanha.

O grupo também aposta na relação que Andrei mantém com moradores e em sua atuação política para ampliar o alcance da candidatura.

Aliados apontam o reconhecimento do nome de Andrei como uma vantagem na disputa. No entanto, conhecimento público não significa necessariamente intenção de voto.

A avaliação sobre a competitividade da candidatura dependerá do andamento da campanha, da formação das alianças, dos concorrentes e da capacidade de transformar apoio político em votos.

Por enquanto, o movimento indica uma tentativa de consolidar uma candidatura com base em Jaciara e ampliar sua presença para outras cidades da região.

A eleição ainda está em fase de articulação e o cenário pode mudar até a definição das candidaturas e a votação.

O apoio da prefeita de Jaciara e a atuação política de Andrei são elementos que podem contribuir para a construção de uma candidatura regional, mas o desempenho nas urnas dependerá da campanha e da resposta do eleitorado.

A definição do peso eleitoral desse grupo, portanto, ficará para o período de campanha e, principalmente, para a apuração dos votos.

SÃO MAIS DE

30.000 MIL
EXEMPLARES

ENTREGUES GRATUITAMENTE

JORNAL
CENTRO OESTE POPULARA INFORMAÇÃO QUE CHEGA
ONDE VOCÊ ESTÁ!CENTRO OESTE
Popular

ELEIÇÃO 2026

MAYKOM MILAS

Acusação de cobrança de 20% coloca Wellington Fagundes no centro do debate eleitoral em Mato Grosso

Priminho Riva afirma que percentual teria sido destinado a um assessor do então deputado; senador nega e classifica denúncia como infundada e eleitoral

O senador e candidato ao Governo de Mato Grosso, Wellington Fagundes (PL), passou a ser alvo de novas acusações durante a corrida eleitoral. O ex-prefeito de Juara, Priminho Riva, afirmou que o parlamentar teria exigido a devolução de 20% de valores de emendas destinadas ao município quando ainda exercia mandato de deputado federal.

A declaração foi feita em entrevista e envolve recursos que, segundo Riva, seriam destinados à construção de pontes. O ex-prefeito afirmou que teria inicialmente resistido à suposta cobrança, mas acabou aceitando diante da necessidade de garantir os recursos para obras consideradas urgentes.

Segundo o relato, o percentual teria sido pago por meio de depósito na conta de um assessor ligado ao parlamentar, e não diretamente a Wellington. Riva também afirmou que se sentiu “extorquido” e alegou que outros prefeitos teriam enfrentado situações semelhantes.

As acusações, entretanto, não significam comprovação de irregularidade. Até o momento, os relatos apresentados pelo ex-prefeito permanecem no campo das denúncias e não representam uma condenação ou confirmação judicial de que os fatos tenham ocorrido da forma descrita.

De acordo com Riva, a suposta cobrança teria afetado a execução das obras previstas para Juara. O ex-prefeito afirmou que, depois do desconto que diz ter ocorrido, o município precisou buscar apoio de produtores rurais e moradores para conseguir materiais necessários à construção das pontes.

O caso levanta questionamentos sobre a utilização de emendas parlamentares e a relação entre parlamentares e gestores municipais. Se uma cobrança irregular sobre recursos públicos fosse comprovada, seria necessário esclarecer quem teria feito a solicitação, quem recebeu os valores e qual seria a origem e a destinação do dinheiro.

Esses pontos, porém, ainda dependem de documentos e de eventual investigação.

A assessoria de Wellington Fagundes classificou as declarações como infundadas, sem provas e de caráter eleitoral.

O senador nega as acusações e sustenta que não há elementos que comprovem a cobrança ou o recebi-



mento do percentual mencionado pelo ex-prefeito.

Em situações desse tipo, a confirmação dos fatos depende da análise de documentos, contratos, empenhos, pagamentos, registros bancários e depoimentos de pessoas que possam ter conhecimento das operações.

Até o momento, não há comprovação judicial apresentada de que Wellington tenha efetivamente cobrado ou recebido os 20% citados por Riva.

A nova denúncia também recupera acusações feitas contra Wellington em outros momentos de sua trajetória política.

Em 2006, durante o escândalo conhecido

como Sanguessugas, o então deputado foi acusado pelo empresário Luiz Antônio Vedoim de ter combinado uma comissão de 10% sobre determinadas emendas parlamentares. Wellington negou envolvimento nas irregularidades e apresentou sua defesa na época.

Anos depois, em 2010, o nome do parlamentar também apareceu em acusações relacionadas à Operação Atlântida. Na ocasião, surgiram relatos sobre supostos percentuais envolvendo contratos de obras na região do Araguaia.

Assim como ocorre com a denúncia atual, aquelas informações estavam inseridas no contexto de investigações e

depoimentos e não podem ser tratadas automaticamente como prova de responsabilidade criminal.

Os episódios voltaram a ser mencionados no debate político porque Wellington disputa atualmente o Governo de Mato Grosso.

O episódio acontece em uma fase de acirramento da corrida pelo Palácio Paiaguás. Wellington é um dos principais nomes da disputa e tem como adversários candidatos como Otaviano Pivetta.

Pesquisa Quaest divulgada em agosto apontou Wellington com 27% das intenções de voto, contra 23% de Pivetta. A diferença ficou dentro da margem de erro, configurando

empate técnico.

Nesse cenário, denúncias envolvendo emendas parlamentares e suposta cobrança de percentuais podem ser utilizadas pelos adversários durante a campanha e aumentar a pressão sobre o candidato.

Por outro lado, a defesa de Wellington deverá explorar a falta de provas apontada pela própria assessoria e classificar a denúncia como uma tentativa de interferência eleitoral.

A principal questão agora é verificar se existem elementos capazes de confirmar o relato apresentado pelo ex-prefeito.

Uma eventual apuração poderia esclarecer se houve solicitação de percentual sobre as

emendas, quem teria determinado ou recebido os valores, para qual conta o dinheiro teria sido transferido e quais recursos públicos estariam envolvidos.

Também seria necessário verificar se existem documentos, registros bancários, mensagens, contratos ou testemunhas que sustentem a versão apresentada por Riva.

Sem esses elementos, a acusação permanece como uma declaração pública feita pelo ex-prefeito e contestada pelo senador.

Politicamente, a denúncia acrescenta um novo tema à disputa pelo Governo de Mato Grosso. O episódio envolve uma acusação grave, recursos públicos e a atuação de um candidato que tenta chegar ao comando do Estado.

A oposição deve utilizar o caso para questionar a atuação de Wellington durante sua trajetória parlamentar. A campanha do senador, por sua vez, deverá insistir na ausência de provas e na avaliação de que a denúncia tem motivação eleitoral.

O esclarecimento definitivo dependerá de eventual investigação e da análise dos elementos que possam confirmar ou afastar as acusações.

Até o momento, portanto, não há comprovação judicial de que Wellington Fagundes tenha cobrado ou recebido os 20% mencionados por Priminho Riva. O que existe é uma acusação pública, acompanhada de uma negativa por parte do candidato.

ELEIÇÃO 2026

MAYKOM MILAS

Carlos Fávaro perde força na corrida ao Senado e especulações sobre desistência ganham espaço em Mato Grosso

Senador enfrenta cenário mais competitivo na disputa pelas duas vagas ao Senado, enquanto aliados avaliam estratégias para manter sua candidatura competitiva

A corrida pelas duas vagas de Mato Grosso no Senado Federal começa a ganhar contornos cada vez mais acirrados, e o nome do senador Carlos Fávaro (PSD) aparece no centro das articulações políticas.

Nos bastidores, o desempenho eleitoral do parlamentar vem sendo acompanhado com atenção por aliados e adversários. O cenário alimentou especulações sobre um eventual recuo da candidatura à reeleição. Fávaro, entretanto, já negou publicamente que pretenda desistir, classificando os rumores como especulação.

A discussão ganhou força principalmente diante da configuração da disputa, que reúne nomes conhecidos do eleitorado mato-grossense e torna a corrida pelas duas cadeiras altamente competitiva.

Pesquisa mostra disputa apertada

Um dos levantamentos mais recentes, divulgado pelo Instituto Veritá em 3 de setembro, colocou Fávaro com 20,5% das citações no cenário em que o eleitor pode escolher dois candidatos ao Senado.

O senador apareceu em quarto lugar, atrás de Mauro Mendes, com 33,5%, José Medeiros, com 30,4%, e Janaína Riva, com 21,5%. A diferença entre Fávaro e Janaína ficou dentro da margem de erro de três pontos percentuais.

O levantamento ouviu 1.220 eleitores e registrou também um contingente elevado de eleitores que não souberam ou não responderam.

O resultado mostra que a disputa ainda está aberta, mas também evidencia a necessidade de Fávaro ampliar sua presença eleitoral para garantir uma das duas cadeiras.



DE ONDE VEM A PRESSÃO

A pressão sobre a candidatura não está necessariamente relacionada a uma falta absoluta de competitividade.

O problema, para aliados, seria a existência de vários concorrentes fortes disputando o mesmo eleitorado.

Mauro Mendes e José Medeiros aparecem em posições de destaque em pesquisas recentes, enquanto Janaína Riva também se consolidou como uma candidata competitiva.

Nesse ambiente, qualquer oscilação negativa pode aumentar a preocupação dentro do grupo político de Fávaro.

RUMORES DE DESISTÊNCIA

As especulações sobre uma eventual mudança de rota chegaram a ganhar força em julho, quando surgiu a possibilidade de Fávaro abandonar a disputa pelo Senado e buscar uma vaga na Câmara dos Deputados.

O próprio senador, contudo, rejeitou pu-

blicamente essa possibilidade.

Na ocasião, afirmou que havia construído um projeto político com o PSD, com a Federação Brasil da Esperança e com o grupo ligado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reafirmando o compromisso com a candidatura ao Senado.

Assim, até o momento, não há confirmação de desistência.

LIGAÇÃO COM LULA É TRUNFO E DESAFIO

Outro componente da eleição de Fávaro é sua proximidade política com o presidente Lula.

O senador confirmou que pretende disputar a eleição em uma aliança formada por partidos da base governista e que deverá apresentar Lula como candidato à Presidência em Mato Grosso.

Essa associação pode representar uma vantagem para Fávaro entre eleitores alinhados ao governo federal.

Por outro lado, Mato Grosso possui um eleitorado historicamente mais conser-

vador, o que transforma a relação com Lula em um dos principais elementos estratégicos da campanha.

O desafio será transformar o apoio da base governista em votos suficientes para garantir uma das duas vagas.

ESTRATÉGIA PRECISA SER AMPLIADA

Para permanecer competitivo, Fávaro terá de ampliar sua presença em todas as regiões do Estado.

A campanha deverá buscar uma combinação entre o eleitorado do agronegócio, setores empresariais, municípios do interior e grupos políticos ligados ao governo federal.

Sua passagem pelo Ministério da Agricultura também deverá ser utilizada como argumento eleitoral, principalmente para destacar ações relacionadas ao setor produtivo e à abertura de mercados.

No próprio material oficial de campanha, Fávaro apresenta sua trajetória entre o setor produtivo, o Senado e o Ministério da Agricultura como parte de sua atuação po-

especulações de bastidores, Fávaro continua oficialmente no páreo.

A pesquisa mais recente disponível mostra que ele está apenas um ponto percentual atrás de Janaína Riva, considerando a margem de erro, o que demonstra que uma reação durante a campanha pode alterar completamente o quadro.

Ao mesmo tempo, a distância para os líderes evidencia que o senador precisará intensificar sua campanha para chegar às urnas em posição confortável.

DECISÃO NAS URNAS

A eleição para o Senado terá duas vagas em disputa, o que torna a estratégia dos candidatos diferente daquela adotada em uma eleição majoritária de apenas uma cadeira.

O eleitor poderá escolher dois nomes, aumentando a importância das alianças e da capacidade de cada candidato de estabelecer uma segunda opção junto ao eleitor.

Nesse cenário, Fávaro terá de convencer o eleitor de que pode ocupar uma dessas duas vagas.

Por enquanto, a tese de uma desistência permanece no campo das especulações. O próprio senador declarou que pretende manter a candidatura e seguir o projeto construído pelo PSD e seus aliados.

A verdadeira questão, portanto, não é se Carlos Fávaro já desistiu — não há confirmação disso —, mas se conseguirá reagir ao cenário competitivo e transformar sua estrutura política em votos suficientes para garantir a reeleição.

A resposta definitiva virá das urnas.

CENTRO OESTE
Popular
26
ANOS
WWW.COPOPULAR.COM.BR

ARRECADAÇÃO EM 2033

LUCAS LEITE / COM ASSESSORIA

Mauro Mendes alerta que reforma tributária pode prejudicar estados como Mato Grosso

Reforma começa a mudar o sistema de arrecadação e, segundo o candidato ao Senado, Congresso terá de acompanhar os efeitos para evitar perdas de receita e impactos sobre a economia de Mato Grosso.

O candidato ao Senado Mauro Mendes afirmou que a reforma tributária poderá provocar uma redução significativa da receita pública a partir de 2033 e defendeu que o novo sistema seja acompanhado de perto pelo Congresso Nacional. A declaração ocorreu durante o evento “Diálogos com os Candidatos ao Senado”, realizado nesta quarta-feira (9), em Mato Grosso, pela Aliança do Setor Produtivo, formada por FIEMT, Fecomércio e Famato.

Durante o encontro, Mauro demonstrou preocupação principalmente com os efeitos da transição para o novo modelo de tributação sobre estados cuja economia depende fortemente da produção e exportação de commodities, como Mato Grosso.

Para o candidato, a mudança na forma de arrecadação poderá alterar o equilíbrio das receitas estaduais e reduzir instrumentos utilizados atualmente pelos governos para estimular investimentos e compensar dificuldades estruturais. Entre os fatores citados está a distância de Mato Grosso dos grandes centros consumidores e os custos relacionados à logística.

Mauro afirmou que os efeitos mais significativos da reforma deverão aparecer ao longo da transição e, especialmente, a partir de 2033.

“Eu temo em dizer, sem muito medo de errar, que isso vai dar um grande e terrível processo de diminuição da receita pública. Seguramente vai acontecer lá em 2033”, declarou.

A reforma tributária aprovada pelo Congresso estabelece uma mudança gradual no sistema de impostos sobre o consumo. A transição prevê a substituição de tributos atuais por um novo modelo, com mudanças na forma como os recursos são arrecadados e distribuídos.

É justamente esse processo que preocupa Mauro Mendes em relação a Mato Grosso.

Na avaliação do candidato, estados produtores precisam acompanhar a regulamentação e a implementação das novas regras porque podem enfrentar impactos diferentes daqueles registrados em outras regiões do país.

Mato Grosso tem uma economia fortemente ligada ao agronegócio, com parti-

cipação expressiva da soja, do milho, do algodão, da carne bovina e de outros produtos destinados ao mercado externo. Uma parcela relevante dessa produção é exportada, o que faz com que mudanças na tributação tenham reflexos sobre empresas, produtores e sobre a própria arrecadação pública.

Mauro argumentou que a reforma tende a produzir ganhos importantes para os exportadores, mas questionou como ficará o financiamento da estrutura pública caso determinados setores passem a recolher menos impostos.

“Acredito que, até hoje, a grande maioria das pessoas não sabe exatamente o que foi aprovado e qual será o impacto da reforma tributária”, afirmou.

Segundo ele, a mudança foi construída para simplificar a tributação e reduzir distorções, mas seus efeitos não serão necessariamente iguais para todos os setores e regiões.

Um dos principais argumentos apresentados por Mauro foi a diferença entre empresas e setores voltados à exportação e aqueles que atuam principalmente no mercado interno.

O candidato avaliou que os exportadores poderão ser beneficiados pela redução dos custos tributários prevista no novo modelo. Por outro lado, demonstrou preocupação com os setores que não têm a mesma característica e que poderão continuar arcando com parte dos custos da estrutura pública.

“Ela é extremamente favorável aos exportadores, porque foi construída com o objetivo de facilitar, melhorar e reduzir a carga tributária de quem exporta”, disse.

Na sequência, Mauro afirmou que os exportadores poderão obter ganhos significativos com a mudança, mas questionou quem assumirá a conta diante da necessidade de manutenção dos serviços públicos.

“Quem exporta no país terá ganhos gigantescos com a redução dos custos tributários. O problema é que quem não exporta poderá enfrentar grandes dificuldades”, declarou.

A avaliação apresentada pelo candidato coloca no centro do debate uma questão que deverá ser acompanhada durante os próximos anos: como será distribuí-



da a arrecadação entre União, estados e municípios depois da conclusão da transição.

Diante dos possíveis efeitos sobre as contas estaduais, Mauro defendeu que o Congresso Nacional acompanhe permanentemente a implantação da reforma.

Para ele, eventuais problemas identificados durante a transição deverão ser corrigidos antes que provoquem impactos mais difíceis de reverter.

O candidato considera que a discussão não deve terminar com a aprovação das leis que regulamentam o novo sistema. Na avaliação dele, será necessário observar os efeitos práticos das novas regras sobre a arrecadação, a atividade econômica e a capacidade de investimento dos governos estaduais.

“Os políticos brasileiros, de maneira geral, não mergulham com profundidade nos temas”, criticou.

Mauro afirmou que o debate político brasileiro muitas vezes privilegia a exposição pública em detrimento de discussões técnicas de longo prazo. Para ele, a reforma tributária é um exemplo de tema que exige acompanhamento constante justamente por produzir efeitos durante vários anos.

O principal alerta apresentado por Mauro durante o evento foi relacionado à possibilidade de redução das receitas públicas.

O candidato afirmou que a preocupação não está necessariamente concentrada no período imediato de transição, mas nos efeitos que poderão aparecer quando o novo sistema estiver

plenamente implementado.

“Nos últimos anos, a política no Brasil ficou muito rasa: o político faz um discurso, busca visibilidade, se eleger e muitas vezes não entrega aquilo que prometeu”, afirmou.

Na sequência, voltou a mencionar 2033 como um marco de preocupação.

“No caso da reforma tributária, eu temo, sem muito medo de errar, que teremos um grande e terrível processo de diminuição da receita pública. Se os exportadores não vão pagar, quem vai arcar com os custos de uma máquina pública que aumenta dia após dia? Nós vamos ter um grande colapso. Se ele não acontecer até 2032, seguramente vai acontecer em 2033”, declarou.

A afirmação apresenta uma projeção política de Mauro sobre os possíveis efeitos da reforma. O impacto efetivo sobre a arrecadação de cada ente federativo dependerá da regulamentação, da transição e da evolução da economia nos próximos anos.

A preocupação com Mato Grosso está relacionada à estrutura econômica do Estado.

Com forte participação do agronegócio, Mato Grosso está entre os principais produtores brasileiros de commodities agrícolas e possui grande participação nas exportações nacionais. Ao mesmo tempo, enfrenta custos logísticos elevados em razão da distância dos principais portos e mercados consumidores.

Historicamente, políticas tributárias e incentivos estaduais foram utilizados para

atrair empresas, estimular investimentos e compensar parte dessas dificuldades.

Com a mudança do sistema tributário, parte desses mecanismos poderá perder importância ou ser substituída por novas regras. Para Mauro, esse processo precisa ser acompanhado para evitar que estados produtores sejam prejudicados.

A preocupação, portanto, não se limita à arrecadação. Também envolve a capacidade de Mato Grosso continuar atraindo investimentos, gerar empregos e manter competitividade no cenário nacional e internacional.

Durante o encontro, Mauro também relacionou sua experiência como governador de Mato Grosso à candidatura ao Senado.

Ele afirmou que pretende utilizar o conhecimento acumulado durante a gestão estadual para participar das discussões sobre temas que tenham impacto direto nas finanças e na economia do Estado.

Para o candidato, a experiência administrativa pode ser um diferencial na análise de projetos que tratem de arrecadação, investimentos e distribuição de recursos entre os entes federativos.

“E por isso que eu me candidato ao Senado, porque acredito que com essa experiência acumulada eu posso entregar muito resultado como senador por Mato Grosso”, afirmou.

A declaração reforça uma das principais linhas de argumentação de sua candidatura: levar ao Congresso a experiência adquirida na administração estadual.

A reforma tributária deverá continuar sendo um dos temas econômicos de maior impacto para estados, municípios, empresas e consumidores durante o período de transição.

As mudanças serão implementadas gradualmente, o que significa que os efeitos sobre preços, arrecadação e distribuição dos recursos públicos ainda serão observados ao longo dos próximos anos.

Para Mato Grosso, o desafio envolve conciliar a expansão de uma economia baseada na produção agropecuária e na exportação com a necessidade de manter receitas suficientes para financiar serviços públicos e investimentos.

Foi nesse cenário que Mauro Mendes apresentou suas críticas e defendeu maior participação do Congresso no acompanhamento da reforma.

A avaliação sobre os efeitos concretos do novo sistema, contudo, dependerá da regulamentação e da execução das mudanças previstas. Até 2033, diferentes etapas da transição deverão ser cumpridas, e eventuais ajustes poderão alterar o impacto final sobre estados produtores como Mato Grosso.

O debate levantado pelo candidato, portanto, antecipa uma discussão que deverá permanecer no centro da agenda econômica nacional: como garantir que a simplificação do sistema tributário e os benefícios para determinados setores não resultem em perda de capacidade financeira para governos responsáveis pela prestação de serviços públicos.

GANHANDO DESTAQUE

MAYKOM MILAS

Janaina Riva mostra coragem, entra na disputa pelo Senado e se consolida como principal nome para enfrentar Mauro Mendes

Levantamento nacional coloca Janaina entre 15 mulheres favoritas ao Senado, enquanto pesquisas em Mato Grosso apontam cenários diferentes na disputa

A deputada estadual Janaina Riva (MDB) aparece entre as 15 mulheres apontadas como favoritas a conquistar uma vaga no Senado nas eleições de 2026. O levantamento foi divulgado pelo jornal O Globo nesta sexta-feira (11) e reúne candidatas que, de acordo com a análise, apresentam condições competitivas nas disputas estaduais.

Em Mato Grosso, Janaina aparece na segunda colocação, com 18% das intenções de voto no cenário considerado pelo estudo. A análise foi elaborada pelo cientista político Murilo Medeiros, da Universidade de Brasília (UnB), com base nas pesquisas mais recentes da Quaest.

Além das 15 candidatas classificadas como favoritas, outras 14 mulheres aparecem em situação considerada competitiva nas disputas pelos cargos que estarão em jogo neste ano.

A presença de Janaina no levantamento coloca a eleição para o Senado em Mato Grosso dentro de um cenário nacional de possível crescimento da representação feminina na Casa. Em 2026, 54 das 81 cadeiras do Senado estarão em disputa, o que representa dois terços da composição atual.

Aos 37 anos, Janaina também foi destacada no levantamento por estar entre as candidatas mais jovens do grupo considerado competitivo.

A deputada mato-grossense aparece no mesmo recorte que Marina JHC (PSDB), de Alagoas, de 35 anos. A lista reúne mulheres de diferentes partidos e posicionamentos políticos, indicando que o avanço das candidaturas femininas não está restrito a uma única corrente ideológica.

Entre os nomes apontados pelo levantamento estão Michelle Bolsonaro (PL), no Distrito Federal; Marina Silva (Rede), em São Paulo; Gleisi Hoffmann (PT), no Paraná; Gracinha Caiado (União), em Goiás; Roseana Sarney (MDB), no Maranhão; Manuela d'Ávila (PSOL), no Rio Grande do Sul; Mariela Arraes (PDT), em Pernambuco; e Teresa Surita (MDB), em Roraima.

A diversidade partidária das candidaturas também é destacada na análise. Há nomes ligados à direita, ao centro e à esquerda, o que mostra que a presença feminina na corrida pelo Senado ocorre em diferentes grupos políticos.



O levantamento ganha relevância diante da possibilidade de 2026 estabelecer um novo recorde de mulheres eleitas para o Senado em uma única eleição.

A maior quantidade de senadoras eleitas em um único pleito ocorreu em 2002 e voltou a ser registrada em 2010, quando oito mulheres conquistaram cadeiras.

Neste ano, se pelo menos nove mulheres forem eleitas, a marca histórica será superada.

O cenário também pode representar uma mudança importante na participação proporcional feminina na renovação do Senado. Caso dez mulheres sejam eleitas, a eleição poderá igualar o maior percentual de presença feminina já registrado em uma renovação da Casa, alcançado em 2014.

O número de vagas em disputa favorece a formação de diferentes combinações eleitorais nos estados. Como 54 cadeiras estarão em jogo, a composição do Senado a partir de 2027 poderá sofrer mudanças significativas.

Em Mato Grosso, Janaina aparece em diferentes levantamentos recentes entre os nomes mais competitivos na corrida pelas duas vagas disponíveis.

Pesquisa Real Time Big Data divulgada no início de setembro apresentou Mauro Mendes com 27% das intenções de voto e Janaina Riva com 26%, considerando o cenário consolidado dos dois votos que cada eleitor poderá dar para o Senado.

A diferença de um ponto percentual ficou dentro da margem de erro do levantamento, configurando empate técnico entre os dois

nomes naquele cenário.

O resultado, no entanto, não significa que Janaina lidere a corrida ou que exista uma tendência definitiva de empate. Outros institutos apresentam cenários diferentes e colocam Mauro Mendes com vantagem mais ampla.

A variação entre as pesquisas reforça que a disputa ainda está sujeita a mudanças e que diferentes metodologias, períodos de coleta e cenários de candidatos podem produzir resultados distintos.

A eleição de 2026 terá uma característica importante em Mato Grosso: serão escolhidos dois senadores.

Na prática, cada eleitor poderá votar em dois candidatos para o Senado. O resultado final dependerá, portanto, não apenas do desempenho individual dos concorrentes, mas também da combinação dos votos distribuídos entre os diferentes nomes.

Essa dinâmica pode favorecer candidaturas que não necessariamente lideram todos os cenários, mas conseguem manter uma posição competitiva ao longo da campanha.

A disputa também reúne nomes conhecidos do eleitorado mato-grossense, incluindo políticos com experiência em diferentes cargos públicos.

Nesse contexto, a presença de Janaina entre os nomes mais bem posicionados em determinados levantamentos faz com que sua candidatura esteja inserida no grupo que disputa uma das duas cadeiras.

Janaina Riva iniciou sua trajetória como deputada esta-

dual em 2015 e permanece na Assembleia Legislativa de Mato Grosso desde então.

Filha do ex-deputado estadual José Riva, ela construiu sua carreira política principalmente no Legislativo estadual. Ao longo dos mandatos, passou a ocupar posições de destaque na Assembleia e ampliou sua presença no cenário político de Mato Grosso.

A candidatura ao Senado representa uma mudança de âmbito eleitoral, já que a disputa deixa de ser restrita ao eleitorado de uma determinada região ou à eleição proporcional para deputado estadual e passa a envolver todo o Estado.

Para conquistar uma das duas vagas, a candidata precisa obter uma votação competitiva em todas as regiões, diante de uma disputa que reúne nomes com diferentes bases eleitorais.

Embora o levantamento nacional divulgado por O Globo coloque Janaina entre as candidatas consideradas favoritas, os números de pesquisas estaduais mostram que a disputa em Mato Grosso ainda não está definida.

O Real Time Big Data, por exemplo, apresentou uma diferença de apenas um ponto percentual entre Mauro Mendes e Janaina no cenário consolidado.

Em outros levantamentos, porém, Mauro aparece com vantagem mais significativa.

Essa diferença entre pesquisas é comum em períodos eleitorais e pode estar relacionada ao momento da coleta, aos nomes apresentados aos entrevistados

e à metodologia utilizada por cada instituto.

Por isso, os resultados devem ser interpretados como retratos do momento em que as entrevistas foram realizadas, e não como garantia de resultado eleitoral.

A corrida pelo Senado em Mato Grosso reúne políticos com diferentes trajetórias e estruturas eleitorais.

Mauro Mendes chega à disputa depois de dois mandatos como governador de Mato Grosso. Janaina, por sua vez, busca ampliar sua atuação política a partir da experiência acumulada como deputada estadual.

A composição da futura bancada mato-grossense dependerá, entretanto, do desempenho de todos os candidatos e da distribuição dos dois votos permitidos para cada eleitor.

A presença de dois nomes competitivos no topo das pesquisas também pode fazer com que alianças e estratégias de campanha tenham papel relevante durante a disputa.

A lista elaborada por Murilo Medeiros coloca a disputa de Mato Grosso dentro de um movimento mais amplo observado em diferentes estados.

Caso o número de mulheres eleitas supere a marca de oito senadoras em um único pleito, 2026 passará a registrar o maior número absoluto de mulheres eleitas para o Senado em uma eleição.

Esse cenário dependerá do resultado das urnas em estados onde as candidatas atualmente aparecem em posições competitivas.

O levantamento também mostra que a

disputa feminina pelo Senado não está concentrada em apenas um grupo político. Candidatas de diferentes partidos e espectros ideológicos aparecem entre as mais competitivas.

Com duas vagas disponíveis, a eleição para o Senado em Mato Grosso deverá ser uma das disputas mais acompanhadas do pleito estadual.

A presença de Janaina entre as candidatas apontadas como favoritas em um levantamento nacional amplia a atenção sobre sua candidatura, mas os resultados das pesquisas locais indicam que ainda existe uma disputa aberta.

Mauro Mendes aparece à frente em alguns levantamentos, enquanto Janaina apresenta desempenho competitivo em outros cenários.

A tendência eleitoral, portanto, ainda poderá mudar ao longo da campanha. Novas pesquisas deverão mostrar se a deputada conseguirá ampliar sua votação, manter o atual patamar ou perder espaço para os demais concorrentes.

Por enquanto, os dados disponíveis colocam Janaina Riva entre os principais nomes da disputa pelas duas cadeiras de Mato Grosso e também entre as mulheres consideradas competitivas nacionalmente para chegar ao Senado em 2027.

O resultado definitivo, porém, será conhecido somente após a votação. Até lá, pesquisas, alianças, campanha eleitoral e o comportamento do eleitorado deverão definir o caminho das duas vagas destinadas a Mato Grosso.